

A dinâmica demográfica das famílias camponesas ampliadas nos assentamentos rurais da reforma agrária

Rômulo Luiz Silva Panta

Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – João Pessoa, Paraíba, Brasil.
e-mail: romulospanta@yahoo.com.br

Ivan Targino Moreira

Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – João Pessoa, Paraíba, Brasil.
e-mail: ivantarginomoreira@yahoo.com.br

Resumo

O programa de Reforma Agrária, apesar de todas suas limitações do ponto de vista estrutural e econômico, como uma política de territorialização, viabilizou o acesso à terra e o processo de reprodução do campesinato. A esta reprodução do campesinato, chamamos do processo de reprodução social ampliada do campesinato, ou seja, a capacidade de permanência e reprodução intergeracional, representada pelo segmento populacional dos agregados. Ela conforma uma moldura familiar ampliada caracterizada pela anexação das diversas células familiares, compostas pelas famílias agregadas, à unidade nuclear. Essa moldura familiar ampliada, composta pelos agregados, retroalimenta, tanto os processos reprodutivos da estrutura de produção camponesa, quanto alimenta os processos reprodutivos da estrutura capitalista, estando atrelado diretamente aos mecanismos de acumulação via assalariamento e espoliação desses trabalhadores. Na perspectiva metodológica, elegemos o método do materialismo histórico dialético, por ele nos dar possibilidade de leitura das contradições e dos movimentos contidos nas relações sociais. Como instrumento metodológico, utilizamos a pesquisa de campo realizada em seis assentamentos rurais da Reforma Agrária no município de Sapé (PB). Como resultados preliminares, verificamos que a composição das famílias, como já mencionado anteriormente, representa um congregado mais flexível no que se refere à disponibilidade das capacidades de trabalho, a ser dispendida no processo de produção e reprodução nos lotes, bem como, é subsumida no processo de acumulação, pois, ao passo que a população se reproduz, amplia-se também, a oferta da força de trabalho, pressionando para baixo os salários, bem como, constituindo-se em contingente de consumo de bens gerados pelo setor capitalista.

Palavras-chave: Dinâmica demográfica; campesinato; famílias ampliadas; reforma agrária

The demographic dynamics of the peasant families expanded in rural settlements of agrarian reform

Abstract

The Agrarian Reform program, given all its limitations from the structural and economic point of view, as a policy of territorialization, enabled access to land and the peasantry reproduction process. This reproduction of the peasantry, we call, from Oliveira (1987), the process of enlarged social reproduction of the peasantry, that is, the capacity for permanence and intergenerational reproduction, represented by the population segment of the aggregates, and it forms an enlarged family frame characterized by annexation of the various family cells, composed of the aggregated families at the nuclear unit. This family frame enlarged, composed of the aggregates, feeds back, both the reproductive processes of the structure of peasant production, and feeds the reproductive processes of the capitalist structure, being directly linked to the mechanisms of accumulation via wage and plunder of

these workers. In the methodological perspective, we chose the method of dialectical historical materialism, which gives us the possibility of reading the contradictions and movements contained in social relations. As a methodological instrument, we used field research carried out in six rural agrarian reform settlements in the municipality of Sapé (PB). As previous results, we verified that the composition of the families, as already mentioned above, represents a more flexible group in what concerns the availability of work capacities, to be spent in the production and reproduction process in the lots, as well as, it is subsumed in the accumulation process, because, as the population reproduces, the supply of labor power also expands, controlling wages downwards, as well as constituting a contingent of consumption.

Keywords: Demographic dynamics; peasantry; extended families; land reform

La dinámica demográfica de las familias campesinas ampliadas en asentamientos rurales de reforma agraria

Resumen

El programa de Reforma Agrária, apenar de todas sus limitaciones desde el punto de vista estructural y económico, como una política de territorialización, posibilitó el acceso a tierra y el proceso de reproducción del campesinado. A esta reproducción la llamamos de proceso de reproducción social ampliada del campesinado, es decir, la capacidad de permanencia y reproducción inter-generacional, representada por el segmento poblacional de los “agregados”. Ella conforma un marco familiar ampliado caracterizado por la anexión de diversas células familiares, compuestas por las familias “agregadas” a la unidad nuclear. Este marco familiar ampliado, compuesto por los “agregados”, retroalimenta tanto los procesos reproductivos de la estructura de producción campesina, como alimenta los procesos reproductivos de la estructura capitalista, y está vinculado directamente a los mecanismos de acumulación por el camino de la contratación y expropiación de esos trabajadores. Desde la perspectiva metodológica, escogimos el método del materialismo histórico y didáctico, por posibilitarnos leer las contradicciones y los movimientos contenidos en las relaciones sociales. Como instrumento metodológico utilizamos la investigación de campo en seis asentamientos rurales de la Reforma Agraria en el municipio de Sapé (PB). Como resultados preliminares, verificamos que la composición de las familias, como ya mencionado, representa un aglomerado más flexible a lo que se refiere a la disponibilidad de las capacidades de trabajo, a ser gastadas en el proceso de producción y reproducción de las parcelas, así como, es sub-sumida en el proceso de acumulación, pues al paso que la población se reproduce, se amplía también la oferta de fuerza de trabajo, presionado hacia abajo los sueldos, así como, constituyendo un contingente de consumo generado por el sector capitalista.

Palabras clave: Dinámica demográfica; campesinado; familias extendidas; reforma agraria

Introdução

O programa de Reforma Agrária, apesar de todas suas limitações do ponto de vista estrutural e econômico, como uma política de territorialização, viabilizou o acesso à terra ao campesinato. A partir da terra, que se constitui como o processo de materialização do campesinato enquanto sujeito social vivo diante das contradições do modo de produção capitalista, ele passou a decidir sobre os problemas, sobre suas dinâmicas reprodutivas, e desenvolveu, mesmo que de forma subordinada, sua autonomia.

No processo de reprodução, o campesinato orientou, além de sua produção, o processo de conformação do segmento intergeracional, ou seja, a permanência das famílias formadas pelos filhos. A este processo chamamos, a partir de Oliveira (1987), de reprodução social ampliada do campesinato, a capacidade de materialização da permanência dos filhos, ainda em condição camponesa.

O processo de permanência intergeracional nos assentamentos remete-se à conformação de um segmento populacional representado pelas famílias dos agregados que se anexam à unidade nuclear, conformando uma moldura familiar ampliada do campesinato. A conformação e permanência desta moldura familiar remetem à dinâmica contrária ao seu par oposto, isto é a expropriação, e ressignifica a compreensão clássica ortodoxa sobre o desaparecimento do campesinato.

O segmento populacional intergeracional, por sua vez, retroalimenta tanto os processos reprodutivos da estrutura de produção camponesa, quanto alimenta os processos reprodutivos da estrutura capitalista, estando atrelado diretamente aos mecanismos de acumulação via assalariamento e espoliação desses trabalhadores. Desse modo, este segmento está envolto em duas dinâmicas geográficas: a da permanência, caracterizada pelos mecanismos de resistência e reprodução social interna, e a da mobilidade, caracterizada pelo movimento da mobilidade territorial do trabalho.

Na perspectiva metodológica, elegemos o método do materialismo histórico dialético, por ele nos dar possibilidade de leitura das contradições e dos movimentos contidos nas relações sociais. Como instrumento metodológico, utilizamos a pesquisa de campo que foi realizada nos assentamentos rurais da Reforma Agrária: Santa Helena, Rainha dos Anjos, Boa Vista, Nova Vivência, XXI de Abril e Padre Gino, todos localizados no município de Sapé (PB), região canavieira da Zona da Mata Paraibana.

Foram pesquisadas 68 (sessenta e oito) famílias, das 227 (duzentas e vinte e sete), que continham a dinâmica de ampliação do contingente demográfico e compunham a moldura familiar ampliada. As áreas de assentamentos do município supracitado foram eleitas tendo em vista que, após alguns estudos exploratórios, verificamos que o acesso à terra, via lotes, se constituía o primeiro passo para o processo reprodutivo das famílias camponesas, entre eles o processo de reprodução demográfica, caracterizada pela ampliação das famílias. Contudo, o fato das famílias estarem assentadas não arrefeceu as contradições capital versus trabalho, pelo contrário. Ao passo que as estruturais sociais, não necessariamente capitalistas, desenvolvem suas forças produtivas em seu processo de reprodução social, reproduz concomitante a estrutura dominante.

Compreender quais os mecanismos contidos neste processo e as contradições inerentes ao mesmo, se torna objeto desta investigação. Este trabalho, que se refere a parte de nossa tese de doutorado, tem como objetivo analisar o processo da reprodução

intergeracional do campesinato a partir das dinâmicas da permanência e da mobilidade territorial do trabalho. A seguir, apresentaremos as intersecções teóricas que possibilitam a leitura eleita deste processo.

Referencial teórico e discussões

A família camponesa é compreendida não somente como um conjunto de pessoas que vivem na terra, mas, como um composto demográfico de racionalidade econômica e social centrada a partir de sua dinâmica interna da coletividade vivida. Assim, é impossível dissociar o conceito e o conteúdo do campesinato, como um sujeito impessoal, um trabalhador isolado. Ele, enquanto coletivo demográfico, é formado por um conjunto de famílias, que, a partir do trabalho, conduz o processo produtivo e reprodutivo da unidade de produção sobre uma base territorial. Sobre isto Costa e Carvalho comentam:

O campesinato é o conjunto de famílias camponesas existentes em um território. As famílias camponesas existem em territórios isto é, no contexto de relações sociais que se expressam em regras de uso (instituições) das disponibilidades naturais (biomas e ecossistemas) e culturais (capacidades difusas internalizadas nas pessoas e aparatos infraestruturais tangíveis e intangíveis) de um dado espaço geográfico politicamente delimitado (COSTA, CARVALHO, 2016 p. 23).

Desse modo, as famílias camponesas possuem uma dinâmica singular, que nos permite compreender o processo de composição e reprodução do campesinato. Chamamos de famílias camponesas ampliadas, o desenho demográfico caracterizado pela capacidade da reprodução socioterritorial de caráter intergeracional. A primeira geração é composta pelos assentados, beneficiários da Reforma Agrária, e a segunda geração, é composta pelos agregados, que são famílias que estão atreladas do ponto de vista socioterritorial e reprodutivo à unidade de produção.

As famílias camponesas ampliadas se constituem células produtivas e protetivas, para seus integrantes, bem com os e caracterizam como um contingente potencial que produz sua própria socioterritorialidade. Uma socioterritorialidade concreta, construída a partir do acesso à terra, que se caracteriza como espaço de trabalho, de morada e de vida. Neste sentido, o contingente familiar ampliado, a partir do uso coletivo da terra, das técnicas peculiares de produção e aproveitamento do solo, e da quantidade de trabalho coletivo dispendido nela, capacitam a unidade de produção camponesa em suas feições econômicas e sociais. Essa moldura familiar se constitui em um contingente de força de trabalho utilizada para regular as tensões socio-reprodutivas. Destacamos que a coletividade produtiva, a capacidade ampliada de captação de rendas, interna e externamente, estabelecidas pela quantidade ampliada de trabalho contida e desenvolvida pelas famílias,

resulta em mecanismos unificadores do campesinato e promove sua reprodução socioterritorial em caráter intergeracional

Para amplificar nossa compreensão sobre o processo de reprodução camponesa intergeracional e a dinâmica socioterritorial que está contida neste processo, trazemos o referencial de Oliveira (1987). O autor compreende a dinâmica intergeracional pelo campo reprodutivo, ou seja, pelo processo orientado a partir do atendimento das necessidades de razão social e econômica das gerações que compõem o campesinato a partir do uso integrado do território e do conjunto articulado de estratégias internas, que lhes permitirão condições financeiras mais estáveis, possibilitando assim, a reprodução e permanência camponesa em uma perspectiva intergeracional.-se. Nas palavras do autor:

Em geral, o processo de reprodução da produção camponesa é simples, o que significa dizer que o camponês repõe, a cada ciclo, a atividade produtiva, os meios de produção e a força de trabalho para a repetição pura e simples dessa atividade produtiva. E esse processo de reposição pode se dar por meios da produção direta ou por meio da troca monetária. Quando o camponês já está em situação privilegiada no mercado, ele pode acumular dinheiro, como produto do trabalho familiar, e assim procurar garantir para os filhos a possibilidade de também reproduzirem-se como camponeses, e, com isso, assegurar o processo de reprodução ampliada do camponês (OLIVEIRA, 1987, p. 71).

Na compreensão do autor, estamos diante do processo de reprodução ampliada do campesinato. Este processo decorre da reunião das atividades desenvolvidas pelos camponeses na sua atividade econômica doméstica, combinadas com outras atividades, que possam gerar maior volume de recursos em dinheiro e assim ser capaz de possibilitar a permanência intergeracional da população no campo.

A (re)produção familiar camponesa é determinada, de um lado, pela quantidade disponível de força de trabalho e, por outro lado, pela necessidade de consumo da unidade familiar. Assim, o tamanho populacional da família é elemento chave para o entendimento da racionalidade do seu processo reprodutivo. Este por sua vez, é conduzido pelo balanço estabelecido entre trabalho e as necessidades de consumo.

Esse processo se insere entre os mecanismos internos na busca de sempre reestabelecer o equilíbrio entre a quantidade de trabalho contida na unidade familiar e as suas necessidades de consumo. Esta perspectiva possui alinhamento com as teses da dinâmica da economia interna do campesinato de Chayanov (2014), cujo fundamento basilar é a racionalidade interna da diferenciação demográfica, o que tributa à unidade de produção ocupada pelas famílias ampliadas uma razão produtiva e econômica própria.

Neste sentido, as famílias camponesas ampliadas possuem uma dinâmica singular, o que nos permite compreender o processo de composição do campesinato enquanto coletivo demográfico e social de produção e de consumo e como força de trabalho coletiva

em potencial. As famílias camponesas ampliadas, em suas estruturas de relacionamento com as esferas sociais, territoriais e produtivas, se apresentam como categorias para as análises propostas por este trabalho.

Nos assentamentos pesquisados, 42% dos lotes possuem a dinâmica da reprodução e anexação das famílias agregadas à célula nuclear, que compreende o desenho familiar ampliado. Das 545 (quinhentas e quarenta e cinco) famílias assentadas, 227 (duzentas e vinte e sete) famílias possuem a moldura ampliada. Essas famílias ampliadas são constituídas, em média, por 4 (quatro) células familiares, contendo 11 (onze) pessoas em sua formação, entre parentes consanguíneos ou não.

A fertilidade deste contingente populacional é determinada pela sua naturalidade social. “Ela visa a produção doméstica de valores de uso para rebaixar o custo de reprodução da força de trabalho”. Assim, “o tamanho da família é um resultado do seu padrão reprodutivo” (OLIVEIRA, 1977, p. 159). Desse modo, acrescenta Oliveira:

No campo, ali onde a penetração do capital não submeteu ainda totalmente a esfera da produção, [...] o aumento da fertilidade da força de trabalho desempenhará o papel de fazer crescer a oferta de trabalho. Se as condições de acesso à terra não estiverem bloqueadas, a reprodução da família camponesa ou semicamponesa se dará na forma tradicional: seja pelo aumento das extensões cultivadas na mesma unidade, seja pela cissiparidade das famílias com a constituição de novas unidade produtivas (OLIVEIRA, 1977, p. 157).

A ampliação populacional intergeracional se deu de acordo com as necessidades peculiares de transformações sociais, históricas e econômicas vividas nos próprios assentamentos pelos beneficiários da política agrária. Essas unidades socioterritoriais requeriam, na época de sua constituição, uma maior disposição de força de trabalho para fomentar o processo de desenvolvimento da produção e suprir as necessidades estruturais do período de territorialização, a exemplo da construção da moradia, do preparo da terra, do plantio e dos tratamentos culturais.

Do mesmo modo, a incorporação desse excedente da força de trabalho, formado pela reprodução social intergeracional camponesa, atendeu também, estrategicamente, as necessidades de braços para o trabalho durante o processo de desenvolvimento dos projetos de fomento à produção dos assentamentos, a exemplo do PRONAF (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar), e posteriormente, com o surgimento dos programas de comercialização e abastecimento na década dos anos 2000, como PAA e PNAE (FIGUEIREDO e MOREIRA, 2019).

Essa forma de organização social das famílias, de certo modo, representa “a garantia de sobrevivência no presente, as relações no interior da família camponesa têm como referência o horizonte das gerações, isto é, um projeto para o futuro”. Um dos aspectos essenciais da organização camponesa entre as famílias, “é a expectativa de que

todo investimento em recursos materiais e de trabalho despendido na unidade de produção, pelas gerações anteriores e atual, possam vir a ser transmitido à geração seguinte” (WANDERLEY, 1996, p. 4). Contudo, dado o tamanho da terra (lotes) limitados, e a pressão demográfica exercida pela ampliação familiar e do número de bocas para alimentar, a alternativa, para colocar a unidade de produção e a família em equilíbrio, é lançar a força de trabalho ampliada na captação de rendas.

Neste sentido, para realizarmos uma leitura que pudesse compreender as contradições do processo de reprodução social ampliada do campesinato, trazemos as intersecções da teoria da população de Marx (2008), tendo em vista sua construção se alicerçar sobre a compreensão das peculiaridades das relações de produção que dinamizam a reprodução populacional. Assim, a partir do movimento dialético se estabelece uma totalidade de relações de produção que se conformam no composto populacional necessário ao momento histórico. Desse modo, não existe uma dinâmica, uma lei, ou padrão para o processo reprodutivo populacional, este se dá mediante as necessidades centrífugas atreladas às exigências centrípetas que são determinadas pelo grau de desenvolvimento econômico e social.

Já comentava Marx (2008), que “as leis que as ciências históricas – todas as ciências não naturais- podem chegar são leis históricas, porque cada período rege suas próprias leis”. Ou seja, as leis econômicas são produtos históricos e multáveis, “manifestam-se enquanto duram as relações que exprimem”. (MARX, 2008, p. 23). Nessa mesma direção situa-se a crítica de Marx à teoria populacional de Malthus ao afirmar que não existe uma lei geral da população, mas que cada modo de produção tem uma lei populacional que lhe é peculiar (MARX, 2008).

Assim, a partir da compreensão das peculiaridades da reprodução populacional citada por Marx (2008), efetuamos as leituras sobre a conformação e a dinâmica populacional das famílias ampliadas erigida a partir da anexação das famílias agregadas. Por tratar-se de uma forma de produção não necessariamente capitalista, as famílias ampliadas possuem particularidades próprias, ou seja, possuem suas próprias condutas organizativas, mesmo que sejam articuladas e subordinadas às estruturas dominantes do modo de produção capitalista.

Assim, “o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Em certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas matérias da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes” (MARX, 2008, p. 47). Ou seja, as formações sociais são construções históricas, não uma magnitude autônoma, elas são constituídas por uma articulação de modos e formas de produção diferentes em suas dinâmicas e estruturas, mas subordinada a um modo de produção

dominante. À medida em que os modos de produção vão se modificando, a formação social também vai se alterando.

Resgatamos para fundamentar esse entendimento as contribuições de Luxemburgo (1985), onde a autora coloca que não existe no curso histórico da humanidade uma forma de produção capitalista unânime, ou seja, de funcionamento exclusivo. O que existe é uma coexistência entre as sociedades capitalistas com as sociedades não capitalistas, porém, a condição de existência destas é garantir, primeiramente, o processo de acumulação do capital.

O composto populacional ampliado em epígrafe, possui uma dialética em seu processo reprodutivo capaz de congrega um novo desenho populacional ampliado na mesma fração do território, composto pelos lotes dos assentamentos rurais da Reforma Agrária, que também atende as necessidades do grupo. Ou seja, a dinâmica populacional das famílias camponesas é conduzida por suas regras próprias, e diferentes das condicionantes capitalistas. Daí se explicar as mudanças na taxa de fecundidade de acordo com a racionalidade peculiar do processo produtivo e do uso da terra, que não estão sujeitas, em primeiro momento, às exigências do mercado, mas são subordinadas ao atendimento das necessidades da unidade familiar e, em última instância da coletividade camponesa.

As famílias podem empregar sua mão de obra de diferentes maneiras, agregando os resultados de seu trabalho para manterem-se unidas e protegerem-se de maiores danos. Em certas situações, onde a composição demográfica é elevada, e não há condições de injetar recursos externos à produção, nem equiparem-se tecnologicamente, bem como, não há possibilidade de aquisição ou acesso a mais frações do território, para reproduzirem-se, restam os mecanismos do solo (lavouras consorciadas, pousio curto), as relações de trocas de sociabilidades entre parentes e vizinhos, e venda de força de trabalho. Entre outras, são estratégias que convergem para processo de reprodução da unidade camponesa ampliada e da sociabilidade camponesa.

A composição das famílias, como já mencionado anteriormente, representa um congregado mais flexível no que se refere a disponibilidade das capacidades de trabalho, sejam elas realizadas na produção familiar para a obtenção do sustento, sejam na disposição da força de trabalho para o trabalho externo na perspectiva de obter mais renda, para a manutenção de um certo equilíbrio entre população, trabalho e renda.

Estamos diante de um processo dialético da organização produtiva camponesa. O equilíbrio que foi desestabilizado pelo processo de diferenciação demográfica, será novamente alcançado pelo próprio montante de trabalho dispendido, contido a partir do desenho ampliado da família, sendo este problema e solução para as contradições geradas

a partir da ampliação das famílias, do seu consumo e da sua capacidade de força de trabalho.

Neste sentido, a ampliação populacional é regida pelo controle social e econômico interno, onde o campesinato por possuir uma economia familiar, necessita de mais filhos, que representam mais braços do que boca. Para Costa (2014), quando a disponibilidade de terra e capital não puder ser alterada (a relação trabalho/terra+capital) por insuficiência de terra e de capital, varia apenas a partir de unidades adicionais de trabalho, visto que o grau do sofrimento do trabalho se eleva de forma mais que proporcional à variação do orçamento familiar. Segundo o autor, nesse caso, uma ampliação da força de trabalho da família conduzirá à redução do sofrimento.

Tal compreensão se aproxima aos argumentos desenvolvidos por Esther Boserup (1987) no que se refere à intensidade de trabalho dispendido pelos camponeses quando se rebatem com a questão da elevação demográfica. Para a autora, a intensidade do montante de trabalho por ano dispendido por cada trabalhador é uma correspondente queda na produtividade de trabalho medida por hora aplicada, isto é, ao lado do crescimento da produtividade por unidade de área, proporcionado pela agricultura de maior intensidade, reduzir-se-ia a produtividade por unidade de trabalho (BOSERUP, 1987).

Chayanov (1966) atenta que “o volume de trabalho das famílias depende inteiramente do número de consumidores e não de todo, do número de trabalhadores, sendo aqui considerados os idosos e as crianças”. Quanto maior a razão consumidores/produtores tanto mais alta será a intensidade do trabalho dos produtores (eles também são consumidores) (CHAYANOV, 1966, p.78).

Assim, incorporação ao processo produtivo de uma adicional força de trabalho familiar, ao passo que irá reduzir o esforço coletivo, também, convergirá na diminuição das possibilidades de ver o seu produto aumentado dada a ampliação dos consumidores. Esta compreensão é colocada por Chayanov (2014), a partir da teoria dos rendimentos decrescente, onde à medida que um “novo membro for adicionado ao conjunto da mão de obra familiar, a fração de produto suplementar que ele obtém como seu trabalho tende a zero,” e a parcela correspondente à renda individual decresce (CHAYANOV, 2014, p. 168).

Neste ponto, as famílias ampliadas enfrentam suas tensões e contradições internas resultantes da pressão demográfica exercida pelo aumento populacional. A princípio, as tensões possuem resolubilidade interna, podemos citar: a ampliação de suas capacidades produtivas, como aumento da jornada de trabalho; uso intensivo da terra; uso de mais frações de terra de parentes. Outrossim, encontram soluções externas caracterizadas pelo processo de migração, seja ela pendular, sazonal ou definitiva, caracterizando assim, o processo de subordinação da força de trabalho camponesa ao capital.

Quando as áreas rurais, não se transmutam eficazmente do ponto de vista do desenvolvimento do capital, ou seja, permanecem utilizando majoritariamente a força de trabalho familiar, elas dependem dos elementos naturais e possuem pouca capacidade de ampliação técnica em decorrência de sua limitada estrutura fundiária, como por exemplo os lotes dos assentamentos da Reforma Agrária. Nesse caso, ocorre o processo de desvio do contingente populacional excedente, que não consegue ser absorvido na unidade de produção.

Assim, comentam Moreira e Targino (1997, p. 225), que a dominação do capital sobre a agricultura torna excedente uma parcela significativa da população de trabalhadores rurais, “em decorrência da composição orgânica do capital, das mudanças nas relações sociais de produção e das transformações no uso do solo requerido pela sua metamorfose em mercadoria”. Desse modo, o desvio deste contingente se torna inevitável. E assim, a produção do valor pelo trabalho da população rural amplia o valor do trabalho não retribuído.

Neste sentido, o contingente populacional representado pelas famílias camponesas ampliadas nos assentamentos rurais da Reforma Agrária, que são objeto deste estudo, se encontra diante de um conflito direto resultante, de um lado, da pressão demográfica interna e ampliação das suas necessidades de consumo e, de outro lado, de sua limitada capacidade produtiva. O saldo originado desta tensão é o processo de migração/mobilidade da força de trabalho excedente.

Oliveira (1977, p. 149) coloca que: “os trabalhadores coabitam o coração da contradição entre sua estrutura social e econômica e o capital, como estrutura capaz de absorvê-los”. Neste sentido, “eles se submetem às férreas determinações do processo de valorização do valor”, embora em sentidos radicalmente distintos, pois, o aumento da população implica também no aumento do custo de sua reprodução.

Desse modo, o contingente populacional analisado, assume uma posição estratégica para o processo de reprodução do capital, que dada a natureza da composição familiar do trabalho, não implica, necessariamente, no processo direto de assalariamento, mas sim, no processo direto de sujeição real ao capital. Desse modo, as áreas de assentamento, se constituem, como bem coloca Singer (1973, p. 197), em “viveiros populacionais”, ou seja, fração de terras com excedente demográfico disponível ao capital a partir das relações de subsunção e da subordinação direta, como por exemplo na migração.

A migração para o campesinato é um processo “natural”, ou pelo menos naturalizado por sua constância histórica. Autores do mundo agrário como Kautsky (1986), Oliveira (1999 Garcia Junior (1989) e Batra (2011) sinalizam para o dinamismo que tem o tema no processo de recriação e reprodução do campesinato. É o veículo utilizado por ele desde condições pretéritas para equalizar as distorções do seu processo reprodutivo, que sofre influência de sua dinâmica interna e das tensões externas. É um recurso capitaneado

quando as necessidades e as condições de vida se tornam pesadas para o sustento mantido a partir de sua produção na terra

Singer (1973) vincula o processo de migração, de forma majorada, ao processo de industrialização. Esta, iniciada em sítios urbanos, atrai populações de áreas próximas, entre elas, a área rural, movidas pelo progresso técnico, pelas vantagens do ponto de vista salarial, do abastecimento e do uso dos bens e serviços. Ou seja, constituem fenômenos históricos condicionados pela manifestação das condições específicas do momento de desenvolvimento social e econômico.

Contudo, o autor coloca que, no capitalismo, as teorias sobre o processo migratório levam em consideração a magnitude dos mecanismos de mercado, ocultando a considerável manipulação política, ou seja, ela é parte do processo institucionalizado pelo capital de acelerar a acumulação (SINGER, 1973, p. 34). Este processo cria um composto demográfico cada vez mais dependente e subordinado, ou seja, se constitui como expressões humanas cada vez mais orientadas para a dependência ao capital, para se reproduzir e consumir.

Segundo o Singer (1973), as migrações podem se dar de maneira interna e externa, o que irá determiná-las será o grau do processo de desenvolvimento das forças produtivas nas frações do território. As “migrações internas são meros mecanismos de distribuição espacial e territorial das populações que impelem determinados grupos a pôr-se em movimento, inserissem no rearranjo espacial das atividades econômicas” (SINGER, 1973, p. 32).

Fazemos destaque para o movimento de migração interna, desempenhado pelos componentes das famílias agregadas, que se referem aos trabalhadores mais novos, os filhos dos assentados titulares. Assim, sinalizamos que há uma certa seletividade objetivada pelas necessidades de sustento da família agregada. Por constituírem certo número de trabalhadores que não são ocupados, e que precisam gerar renda para prover a família, dada a pressão demográfica e limitação produtiva da terra, tendem a migrar. Assim, seus membros se inserem nos processos de venda do adicional da força de trabalho em atividades paralelas e acessórias.

O movimento de migração interna corresponde ao processo de trabalho sazonal, em épocas de safra da cana de açúcar ou do abacaxi (no caso específico de Sapé), considerado como período de assalariamento regular. Pode também ocorrer de forma pendular no próprio assentamento, nas fazendas, nos sítios circunvizinhos, ou mesmo, nas cidades. Isso imprime ainda mais a insegurança no processo de reprodução, visto que se constitui uma força de trabalho volante, disponível, em oferta para o capital, sem regularidade, ou seja, flutuam na insegurança das relações de trabalho. Contudo, este

movimento garante maior flexibilidade onde os trabalhadores podem combinar os diferentes trabalhos na obtenção de mais renda.

No que se refere ao processo migratório externo, este assume um caráter mais radical, do ponto de vista da estrutura socioeconômica na qual os trabalhadores estão inseridos. Ele ocorre quando as condições de combinação entre os arranjos internos e externos não conseguem mais materializar a sustentação das famílias. Após verificação em pesquisa de campo, este processo é encabeçado pelos trabalhadores mais novos das famílias agregadas, o que é uma característica quase total do fenômeno observado. Vale salientar que, neste processo, a moldura da família ampliada é energicamente modificada, visto que a migração que se dá em primeira leva, por um filho, que é componente da família nuclear. Só depois do seu estabelecimento, irá sua família, contudo, ainda ficam as demais famílias, já que esta moldura familiar é composta em média por três células familiares.

Em primeiro momento, esta fração populacional migra para as cidades circundantes, geralmente de pequeno porte. Singer (1973) coloca que este processo remete à conformação de um proletariado com pouquíssimos recursos, que os leva à incorporação em atividades de baixa remuneração, e assim, acentuando o processo de estagnação do desenvolvimento econômico das cidades menores que pelo fato de pressão baixista dos salários locais, não tributa vigor ao processo de acumulação. Ressaltamos que, neste processo, o laço com a terra e com a produção não foi rompido, nas épocas de safra, ou de demanda de trabalho essa fração da população volta a se incorporar ao processo produtivo da unidade familiar, mesmo que nos hiatos do seu tempo disponível.

Contudo, a decadência econômica, do ponto de vista produtivista do capital nas cidades pequenas, limita e sua capacidade de absorção do contingente populacional supracitado, inaugura-se o segundo momento do processo de migração, que se refere à migração para os centros urbanos maiores, industrializados, que possuem fluxos produtivos capazes de maiores rendimentos, o que atrai/suga essa fração populacional. Neste processo, o capital atrai fluxos de força de trabalho a espaços que possibilitam uma maior taxa de acumulação.

Assim, estes camponeses estão imersos em um movimento de acumulação primitiva permanente do interior dos territórios rurais, que dada a incapacidade de sustento das famílias ampliadas, estas são de certo modo, obrigadas a deixar a terra, nem que seja por um período médio de tempo, e inserirem-se nas atividades da economia urbana. Esse processo de inserção não implica necessariamente no assalariamento em ocupações formais, já que nem toda a oferta de trabalho é aproveitada formal e estrategicamente pelo sistema dada a fulcral necessidade capitalista de manutenção do exército de reserva. Contudo, em sua maioria, o impulso para o processo de migração externa implica no

aniquilamento dos seus meios e seus modos de vida. Neste movimento, a expropriação é fenômeno inevitável.

Assim, como este processo de migração externa, em maioria, assume um caráter permanente, o movimento afetará diretamente o processo produtivo na parcela rural, aqui em específico, os lotes da Reforma Agrária¹. Com a diminuição da disponibilidade da força de trabalho, que foi migrada, e, devido às limitações técnicas e financeiras, a produtividade na área rural tende a cair, não sendo capaz de gerar um excedente comercializável. Toda a produção, como já sinalizada antes neste trabalho, é vertida ao autoconsumo.

O consumo das famílias é diretamente determinado pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas, pela sua capacidade de gerar renda. Assim, o movimento de migração irá rebaixar o valor do seu produto pela sua aliança com o fundo de subsistência da família camponesa que se acentua, sendo assim, necessária a recomposição orçamentária. Neste momento, temos a característica peculiar do fenômeno, a migração dos próprios assentados titulares, cujos componentes, ainda em idade produtiva é propícia ao trabalho (neste caso, não se inserem os aposentados, mesmo porque já tem obtenção de renda fixa), mesmo sendo possuidores dos meios de produção, dada a cadência produtiva e a pressão demográfica exercida pelo composto populacional das famílias, estes retomam as atividades laborais paralelas às atividades agrícolas de forma combinada ao seu processo reprodutivo.

Neste sentido, compreendemos que os camponeses e suas famílias estão inseridos em uma cinemática social constante, compreendida pelos movimentos de expulsão com o processo de desenvolvimento do capitalismo. Quando esse processo de exploração atinge um nível acentuado, os movimentos socioterritoriais e de luta por terra e Reforma Agrária se insurgem e se territorializam, a partir dos assentamentos rurais o que possibilita a reprodução camponesa. Contudo, dadas as condições centrípetas do desenvolvimento capitalista, a força de trabalho contida no processo de reprodução social camponesa, é seguida subordinada e absorvida pelo capital, o que leva novamente à expulsão, a partir da migração caracterizada pela mobilidade espacial do trabalho.

Desse modo, diante do que já foi explanado e da própria dialética do movimento populacional do campesinato, compreendemos que a população camponesa, aqui evidenciada pelas famílias agregadas que compõem a moldura ampliada, é um saldo para o capital, apropriado tanto por sua permanência como por sua mobilidade.

¹ A força de trabalho migrada exigirá, que no período de produção, seja contratada uma força adicional de trabalho, o que resultará em despesas a serem descontada do valor da produção, bem como, comprometerá a organização interna e realização dos programas de comercialização, a exemplo do PAA, que necessita da constância de força de trabalho. Outro aspecto, de ordem demográfica, decorre do fato de que com o envelhecimento da população titular, beneficiária do programa de Reforma de Agrária, a migração do segmento intergeracional pode levar ao processo de descampesinação.

As famílias agregadas estão envoltas em uma dinâmica econômica e social, que retroalimenta as estruturas produtivas camponesa e capitalista, sendo esta última, grande beneficiada por esta moldura, pois se apropria dela para ampliar sua taxa de acumulação a partir dos diversos mecanismos, sejam eles, pela absorção do resultado do trabalho familiar, pela migração ou pelo próprio processo de assalariamento.

Considerações finais

Em suma, compreendemos que a unidade camponesa de produção familiar, tem seus próprios modelos, suas próprias estruturas, sua própria dinâmica, e seu próprio significado primordial que não desaparece, a exemplo do caso abordado da ampliação das famílias. Por isso, sob certas condições, a economia camponesa parece ser mais eficiente do que economias não-camponesas.

Os membros da família e o modelo familiar básico de bem-estar econômico estão envolvidos de forma particular, num sistema de uso do trabalho. Daí a sua capacidade para resolver problemas que outros tipos de economias não resolveriam de uma maneira tão eficaz e pouco dispendiosa, o que para o capitalismo seria uma contradição.

Entretanto, no capitalismo, a própria elevação de um determinado contingente populacional, seja ela ocorrida em formas sociais não capitalistas, ou não, representará ou convergirá ao seu processo de acumulação, pois, ao passo que a população se reproduz, se amplia também a oferta da força de trabalho, pressionando para baixo os salários, bem como, constituindo-se um contingente de consumo adicional para a produção capitalista. A ampliação das famílias, da mesma maneira que amplia a capacidade de recriação e permanência do campesinato, igualmente amplia a oferta de trabalho e seu custo de consumo, resultando no acréscimo da taxa de mais valia.

Assim, mesmo em sociedade de economia “natural”, ou seja, de reprodução simples, a exemplo dos camponeses, a reprodução crescente da população contribuirá para o processo de acumulação capitalista. Estes, apesar de formas sociais diferentes da formação social capitalista, não estão descolados da sociedade, pelo contrário, encontram-se subordinados, mesmo com toda sua criatividade para superar as cercas impostas pelo capital. Contudo, suas territorialidades devem ser reconstruídas diariamente, na luta pela sobrevivência e na busca de sua autonomia. Esta luta se dá em coletividade, desse modo, o desenho ampliado do campesinato, mesmo que subordinado, também pode apontar para o processo de emancipação construído pelas mãos dos que trabalham.

Referências

BATRA, Armando. **Os novos camponeses**: leituras a partir do México profundo. São Paulo: Cultura Acadêmica, Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011.

BOSERUP, Ester. **Evolução agrária e pressão demográfica**. São Paulo: Editora Hucitec, Editora Polis, 1987.

CHAYANOV, Alexander V. **The Theory of Peasant Economy**. Homewoods- Illinois: The American Economic Association, 1966.

CHAYANOV, Alexander V. Teoria dos sistemas econômicas não capitalistas (1924). In: CARVALHO, Horácio Martins de. **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

COSTA, Francisco de Assis. Chayanov e a especificidade camponesa. In: CARVALHO, Horácio Martins de. **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

COSTA, Francisco de Assis. CARVALHO, Horácio Martins. Campesinato. In: Stedile, João Pedro. **A questão agrária no Brasil**: interpretações sobre o camponês e o campesinato. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

FIGUEIREDO, Nayana Ruth Manguieira de; MOREIRA, Ivan Targino. Estado, políticas públicas e territórios rurais. **Okara**: geografia em debate. João Pessoa, v. 13, p. 76-95, 2019 Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/okara/article/view/29899> Acesso em: 27 de dezembro de 2019.

GARCIA JUNIOR, Afrânio. **Sul**: Caminho do roçado. São Paulo: Editora Marco Zero, 1989.

KAUTSKY, Karl. **A questão Agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação de capital**. Contribuição ao estudo econômico do imperialismo. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária, 1997.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. **Modo Capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Editora Ática, 1987.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. **Território e Migração**: discussão conceitual na Geografia. São Paulo: USP, (mimeo), 1999.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: **Anais do XX Encontro anual da ANPOCS**, Caxambu, 1996.

Sobre os autores

Rômulo Luiz Silva Panta – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual da Paraíba (2007); Mestrado em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (2015). Atualmente é professor efetivo da rede pública do estadual do Estado da Paraíba. **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0001-5600-640X>.

Ivan Targino Moreira – Graduação em Economia pela Universidade Federal da Paraíba (1974); Graduação em Filosofia pela Universidade Católica de Pernambuco (1974); Mestrado em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco (1978); Doutorado em Economia pela Université Paris 1 Pantheon-Sorbonne (1982); Pós-doutorado em Economia pela Université Paris 1 Pantheon-Sorbonne (2004); Professor Titular da Universidade Federal da Paraíba. **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-2948-2926>

Como citar este artigo

PANTA, Rômulo Luiz Silva; MOREIRA, Ivan Targino. A dinâmica demográfica das famílias camponesas ampliadas nos assentamentos rurais da reforma agrária. **Revista NERA**, v. 24, n. 59, p. 291-306, Dossiê, 2021.

Declaração de contribuição individual

Declaro para os devidos fins, na condição de primeiro autor, que o artigo intitulado: “a dinâmica demográfica das famílias camponesas ampliadas nos assentamentos rurais da reforma agrária”, submetido a esta revista, trata-se de uma pesquisa a nível de pós-graduação, sob orientação do professor Dr. **Ivan Targino Moreira**. A construção do artigo foi realizada em parceria. A mim, **Rômulo L. S. Panta** coube a pesquisa bibliográfica, o desenvolvimento teórico-conceitual e escrita, ao **Ivan Targino Moreira**, coube a orientação do referencial teórico, a pesquisa dos dados numéricos e tabulação dos resultados.

Recebido para publicação em 20/09/2020
Aceito para a publicação em 03/06/2021